

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1976 / 2019

MA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Adriano de Almeida Alvarenga, Prefeito Municipal de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e na forma da Constituição Federal, artigo 165, § 9º, do com o artigo 159 da Constituição do Estado de Minas Gerais, os artigos 124 e 126 da Lei Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o orçamento do município de Rio Casca, para o exercício financeiro discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a receita em R\$ 56.147.257,33 (cinquenta e seis milhões cento e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos de sua competência, contribuições, receita patrimonial, receita de serviços, transferências intergovernamentais, outras receitas e Alienação de Bens, na forma da legislação em vigor, discriminadas em anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a programação estabelecida nos anexos desta Lei, distribuídos por órgãos e unidades da Administração.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações orçamentárias vigentes até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu total, utilizando-se das fontes de recursos previstas no art. 43 da Lei Federal nº 4320/64, criando, se necessário, fontes e destinações de recursos em dotações já existentes.

§ 1º - Não oneram o limite estabelecido no *caput* deste artigo:

I - as suplementações envolvendo dotações de pessoal e encargos sociais até a metade das dotações consignadas no orçamento neste grupo de despesa;

II - as suplementações envolvendo dotações do Fundo Municipal de Saúde, até a metade das dotações consignadas no orçamento nesta unidade orçamentária;

III - as migrações de dotações entre fontes e destinações de recursos, desde que inseridas no crédito orçamentário.

§ 2º - São fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares citados no *caput* deste artigo:

I - a totalidade do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior por fonte de recursos;

II - a totalidade do excesso de arrecadação por fonte de recursos, caso ele venha a ser apurado no exercício da execução orçamentária;

III - a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;

IV - as operações de crédito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Operações de Crédito, nos termos do § 8º do art. 165 da Constituição Federal, da Lei Federal 4320/64 e os dispositivos tidos nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2020.

Rio Casca, 19 de dezembro de 2019.


Adriano de Almeida Alvarenga
PREFEITO MUNICIPAL